

## EMPRESÁRIOS OU POLÍTICOS? RECURSOS SOCIOECONÔMICOS E POSICIONAMENTOS PROFISSIONAIS DE DEPUTADOS FEDERAIS NO BRASIL

### ENTREPRENEURS OR POLITICIANS? SOCIOECONOMIC RESOURCES AND PROFESSIONAL POSITIONING OF MEMBERS OF CONGRESS IN BRAZIL

*Icaro Gabriel da Fonseca Engler<sup>1</sup>*

#### RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar a diversificação de posições sociais concomitantes com os cargos dentro do *espaço político*. Neste sentido, elencou-se um universo de pesquisa com 235 casos que tivessem ligação com atividades econômicas e que também desempenhassem a função de Deputado Federal, entre 1990 e 2010, no Brasil. As informações permitiram categorizar: a longevidade das carreiras políticas, a posse de patrimônios econômicos, os recursos escolares disponíveis e as lógicas das apresentações ocupacionais e profissionais condicionadas por estes recursos anteriores. Por fim, foi possível demonstrar que existe uma *estratégia de reprodução social*, fundada nesta diversificação e mobilização de recursos como *trunfos sociais*, ou seja, a lógica destes casos não é se fechar no *espaço político*, mas sim ocupar diferentes posições em espaços distintos para além da política.

**Palavras-chave:** Deputados Federais. Empresários. Profissões. Patrimônio economic. Diplomas escolares.

---

1 Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2015). Desde 2016, faz estágio de pesquisa pós-doutoral na Universidade Federal de Pelotas. E-mail: icaro.engler@yahoo.com.br.

## ABSTRACT

The aim of this paper is to analyze the diversification of social positions while owns posts within the political space. The empirical universe was composed of 235 cases that occupied the political position of Federal Deputy in Brazil, during the period from 1990 to 2010, and had connection with economic activities. The database elements have allowed categorize: the longevity of political careers, the ownership of economic goods, the school resources available and the logic of occupational and professional presentations in these cases. Finally, it was possible to demonstrate a social reproduction strategy, based on this diversification and mobilization of resources as social assets, that is, the logic is not be closed in the political space but occupy different positions at distinct spaces beyond politics.

**Keywords:** Federal deputies. Entrepreneurs. Professions. Economic property. Scholarship degrees.

## INTRODUÇÃO

A pergunta formulada no título desse trabalho (Empresários ou Políticos?) é uma forma geral de trazer a questão sobre as relações possíveis entre agente econômicos, geralmente denominados como *empresários*, e o espaço político, mais especificamente com os cargos eletivos. Entretanto, não é intenção responder de forma exclusiva, determinando se são um ou outro, mas sim trazer indícios que existe uma combinação não excludente dessas atividades. Sendo assim, o objetivo geral da pesquisa é analisar um grupo delimitado de Deputados Federais que também são enquadrados como empresários, identificando as posições sociais externas ao *espaço político*, a partir de seus recursos disponíveis e mobilizados. Dessa forma, este artigo está restrito a três objetivos específicos: i) apresentar de forma mais minuciosa os recursos econômicos, que estão relacionadas com a posse dos empreendimentos; ii) apresentar a trajetória escolar, em relação aos diplomas escolares detidos, bem como os cursos e instituições frequentados por estes casos; e iii) identificar como a disponibilidade de recursos econômicos e escolares influenciam nas lógicas de apresentações ocupacionais e profissionais, ou seja a posse e mobilização dos recursos sociais condiciona a identificação ou não como “empresário”.

É importante frisar que este trabalho se trata de um estudo descritivo, não sendo possível qualquer afirmação geral sobre a relação

entre empresariado e política, ficando as suas conclusões restritas aos casos aqui analisados.

No decorrer da década de 90, dentro de um novo quadro institucional de representação política, muitos autores<sup>2</sup> voltaram a questionar a relação entre *empresários e política*, retomando a agenda de pesquisa que tinha como temática o *empresariado como ator político* e os seus *espaços de atuação*. Um indício é a organização da “Rede de Pesquisadores Empresa, Empresários e Sociedade”<sup>3</sup>, que resultou em diversas publicações, como Livros e Dossiês em revistas<sup>4</sup>, bem como na realização de um *Workshop* bianual desde 1998, no qual umas das linhas temáticas aborda a relação entre *empresários e política*, focando principalmente nas ações coletivas e formação de políticas por parte deste grupo.

Mesmo assim, os estudos relacionando diretamente *empresários* e posições no *Legislativo*, são de alguma forma escassos<sup>5</sup>, tanto nas pesquisas temáticas que focam no *empresariado* – que primeiramente se dedicaram a analisar as relações com o poder executivo, e posteriormente as relações com o poder legislativo em torno do *lobby* e grupo de pressão – quanto nos trabalhos sobre eleições, instituições políticas e Congresso Nacional – que analisam as bases sociais das *elites políticas*, em geral, não procurando um recorte econômico, ou de uma categoria ocupacional ligada a atividades econômicas.

A questão é que independente da problemática de *representação de interesses* e para além do período democrático, a participação de grupos ligados a atividades econômicas no espaço político ocorreu durante vários

---

2 Amâncio Jorge de Oliveira, Ana Maria Kirschner, Ary Minella, Eduardo R. Gomes, Eli Diniz, Jorge Tapia, Maria Antonieta Leopoldi, Paola Cappellin, Paulo Roberto Neves Costa, Renato Boschi, Wagner Iglesias, Wagner Mancuso, etc.

3 Reúne investigadores das ciências sociais que analisam o universo empresarial em suas diversas dimensões e se encontram periodicamente para aprofundar o debate científico e ampliar a divulgação de pesquisas sobre estes temas.

4 Livros publicados: “Empresa, Empresários e Sociedade” (1999); “Empresa, empresários e globalização” (2002); “Estado, empresariado e desenvolvimento no Brasil” (2010). Dossiês de revistas: Revista de Sociologia e Política, v. 18, n. 31, 2008; Revista Política & Sociedade, v. 9, n. 17, 2010.

5 Diniz e Boschi (2000), Mancuso (2007) e Costa (2014).

momentos da história brasileira<sup>6</sup>. Inclusive, de acordo com instituições<sup>7</sup> que analisam a composição do Congresso Nacional, os casos enquadrados como *empresários* são o grupo que mais ocupou cadeiras na Câmara dos Deputados nas eleições de 1990 até 2015, ocorrendo variações em determinadas eleições, mas atingindo o percentual de aproximadamente 27% no período, enquanto os casos enquadrados como advogados, grupo profissional que geralmente recebe destaque nos estudos sobre elites políticas, giraram em torno de 18%.

Sendo assim, a participação no Congresso Nacional, e em específico na Câmara dos Deputados, de *empresários*, ou seja, de grupos ligados a atividades econômicas, é um fenômeno social demonstrável. Contudo, as principais análises realizadas focam nos impactos institucionais sobre as estratégias dos atores e os resultados das políticas públicas promovidas, tendo como objeto o *comportamento, representação de interesses e agenda legislativa*, não abordando, por exemplo, o perfil destes grupos dirigentes (LOUREIRO; OLIVIERI, 2002).

Nestes termos, a proposta deste artigo é justamente uma análise dos recursos socioeconômicos disponíveis pelo universo de pesquisa aqui construído, e as possíveis estratégias dos seus “usos” e “desusos” frente as lógicas de apresentação ocupacional e profissional. Reforçando que estes recursos são concomitantes com o cargo eletivo, apontado assim para uma diversificação de posições sociais para além do *espaço político*.

## QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS E DESENHO DA PESQUISA

A questão mais geral em que esse trabalho se enquadra, parte da problematização entre *grupos econômicos e política*, que em um sentido amplo é colocado para qualquer agente ou grupo social, onde não existe *a priori* uma passagem direta, mecânica ou “natural” de determinados

6 Ver Carvalho (2003) sobre o império, Love (1982) sobre a República Velha e Diniz e Boschi (2004) com informações de 1946 até 1999. Sobre momentos específicos ver Braga (1998) em relação a constituinte de 46 e Rodrigues (1987) na constituinte de 87.

7 O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), realiza acompanhamentos sistemáticos nesta frente.

indivíduos para a *política*, ou seja, a entrada no espaço político é o resultado de um processo de mobilização bem sucedida de recursos sociais, que podem ter sido herdados ou adquiridos no decorrer da trajetória social e profissional, que são valorizados social e politicamente, tanto na apresentação para os eleitores como candidato e assim angariando votos, como também para o próprio espaço político entre os seus pares e profissionais da política (DULONG, 1996; LÉVÊQUE, 1996; MATHIOT; SAWICKI, 1999; OFFERLÉ, 1999).

No caso específico de se trabalhar com agentes relacionados a atividades econômicas existem pelo menos dois entraves importantes de serem mencionados, que partem das possibilidades de denominação desse grupo, influenciando na operacionalização da pesquisa. O primeiro é a fluidez apresentada por esta categoria ao se tratar de uma atividade ocupacional e não profissional, ou seja, não existe um diploma universitário que habilite o *empresário*. Apesar de existirem áreas e cursos mais próximos ao meio econômico<sup>8</sup>, a ausência desta condição não permite utilizar o critério escolar na definição do universo empírico, em comparação com outros estudos que analisam a relação entre determinadas profissões e o espaço político, por exemplo a de Advogado, Economista, Médico, etc.

Na mesma medida, a própria noção de *empreendimento* também é fluída, podendo ser desde uma grande indústria até um pequeno comércio. É claro que existem meios objetivos de diferenciação dos portes, como por exemplo o número de funcionários e o lucro anual, definindo o tamanho das *empresas*, contudo estes critérios são apresentados e utilizados em momentos específicos e restritos. Ou seja, no cotidiano da sociedade, o dono de um estabelecimento comercial, o proprietário da microempresa, o acionista de uma sociedade anônima, os executivos financeiros, até o diretor geral de uma multinacional, podem se apresentar, ou serem apresentados, como *empresários*.

---

8 Existem trabalhos que problematizam as classificações ocupacionais, principalmente as que não são definidas como profissões, não sendo relacionadas a diplomas superiores, bem como as categorizações em torno do *patronato* (ZARCA, 1993).

Este é o segundo problema da categoria, ela permite de uma maneira menos rigorosa, ao ser comparada com as profissões, o auto posicionamento, ou seja, um “uso” como trunfo social de apresentação. Nestes termos, pode ocorrer uma associação entre “ser” *empresário* e deter um alto *patrimônio econômico*, mas também entre a posse destes bens econômicos e a dimensão simbólica de “*pessoa bem-sucedida*” (PINÇON; PINÇON-CHARLOT, 2007).

Da mesma forma que o seu “desuso” também merece o devido cuidado, como uma estratégia de esconder esta posição e/ou fazer o “uso” de outro trunfo. Como é o caso dos agentes que detêm atividades econômicas, mas não se apresentam como *empresários*, ou qualquer outro termo relacionado com esta ocupação, posicionando-se profissionalmente pelo diploma escolar de diversas ordens, mesmo sem ter exercido a profissão (CORADINI, 2001).

Além disso, estas questões enunciadas estão presentes dentro de um contexto social específico, no caso o brasileiro, onde é necessário considerar as relações possíveis entre posições econômicas e o espaço político. A primeira se refere ao tipo de Estado, que em países como o Brasil, tendem a apresentar uma lógica clientelística ou patrimonialista, ancoradas em uma lógica informal de representação de interesses. Nestes termos ocorre uma personalização dos mandatários, no sentido que são confundidos com os próprios cargos políticos ocupados, com isso, é determinante a proximidade pessoal com este centro de poder na disputa pelo controle da alocação de recursos. Por fim, essa estratégia se estende sobre outros espaços sociais, onde a lógica política tende a servir como consagração social e, inclusive, ao acesso a posições econômicas importantes (BADIE; HERMET, 2001, p. 177-183). Por outro lado, também é necessário considerar a inexistência dos processos de autonomização entre os espaços sociais, sendo assim não ocorre uma diferenciação consistente entre estes, tornando os seus contornos fluídos (SEIDL; GRILL, 2013, p. 13-14). Por exemplo, no caso do espaço político, existem diferentes lógicas de legitimação em disputa dentro deste jogo,

possibilitando a apresentação de uma multiplicidade de recursos e trunfos sociais no seu recrutamento.

Em termos gerais, quanto maior a autonomização dos espaços sociais, maior seriam os custos de conversão e reconversão de recursos entre estes espaços, onde estas transformações se configurariam em uma *estratégia* que está ligada com a *reprodução* de posições sociais, na lógica de “mudar para conservar”. Por outro lado, não havendo esses limites, existe uma grande possibilidade de deslocamentos entre diferentes espaços e, com isso, de se ocupar diferentes posições de forma simultânea. Assim, essa multiplicidade de posições que um agente pode ocupar se torna um importante indicador geral de poder dentro da superfície social, onde se tem a concentração de um volume com a diversificação de uma estrutura dos recursos sociais (BOLTANSKI, 1973; BOURDIEU, 1989; SAINT-MARTIN, 2011).

Nestes termos, a problemática da pesquisa está centrada na relação entre o *espaço político* e as demais posições sociais compartilhadas, analisando as diversificações de recursos econômicos, escolares e as apresentações profissionais disponíveis, detidos conjuntamente com a ocupação de posições políticas, condicionada por sucessos eleitorais e podendo resultar em carreiras consolidadas.

Dito isso, não é intenção deste trabalho apontar quem são os *empresários na política*, no sentido de elencar os indivíduos e delimitar quem estaria dentro ou fora desse grupo<sup>9</sup>, justamente por existirem diferentes lógicas de apresentação e mobilização de recursos sociais. Da mesma forma, ao considerar a própria categoria ocupacional como um trunfo que está em jogo, nestas lógicas de apresentação, não convém delimitá-la através de uma definição, pois cada caso pode se identificar como *empresário*, ou atividade correlata, e dispor de diferentes patrimônios socioeconômicos.

---

9 Sobre esta ideia de não construir a pesquisa em torno de um objeto real ver a discussão de Bourdieu (1998) e para uma aplicação prática sobre *élites* ver Charle (1987).



Sendo assim o recorte proposto obedeceu a dois critérios objetivos: i) ter sido eleito para o cargo de Deputado Federal no Brasil entre 1990 e 2015; e ii) deter algum tipo de relação com o meio econômico, seja a apresentação ocupacional, o desempenho de atividades econômicas e/ou posse de empreendimentos. Para dar conta destes requisitos empíricos, partiu-se do documento intitulado “A Radiografia do Congresso Nacional”, elaborado pelo DIAP dos anos de 1990, 1994, 1998, 2002, 2006 e 2010. Durante este período, de acordo com o documento, constavam 586 Deputados Federais eleitos que também foram categorizados por este material como sendo *empresários*, rurais ou urbanos.

Dessa forma foi selecionada uma amostra desta população, composta de 235 Deputados Federais, o que representa aproximadamente 40% de todos os casos apontados pelo DIAP. O critério utilizado para este recorte foram os diferentes tempos de carreira política, bem como a diversidade geográfica.

Mesmo assumindo possíveis falhas desta fonte inicial, havia a necessidade de se escolher um grupo de indivíduos que contemplassem as condições propostas por este trabalho, não tomando apenas os casos que se apresentassem como agentes econômicos, mas também os que possuem empreendimentos sem se posicionarem profissionalmente enquanto tal. Neste sentido, devido aos critérios compatíveis adotados pelo DIAP<sup>10</sup>, e a ausência de outra fonte sistemática, aceitou-se estes casos como ponto de partida, mantendo a preocupação de confrontar os dados iniciais com informações coletadas no decorrer da pesquisa.

Uma vez determinados os componentes deste universo, as fontes de informações utilizadas foram o sítio da Câmara Federal (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016), complementadas pelas fichas elaboradas no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), que compõem o Dicionário Histórico Bibliográfico (DHBB) (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2016), e também foram coletados elementos específicos sobre as declarações de bens no sítio do

---

10 Ter declarado ocupar a profissão de empresário, ou cuja principal fonte de renda ou atividade ocupacional esteja relacionada com o meio privado.



Tribunal Superior Eleitoral (BRASIL, 2016). O banco composto a partir destes locais contemplou e sistematizou os seguintes dados: sexo, data e local de nascimento; cargos eletivos ocupados e filiação partidária; total do patrimônio econômico e empreendimentos declarados; grau de escolaridade, diploma escolar e instituição superior de ensino; por fim, as ocupações e profissões declaradas.

As seções seguintes destes trabalhos têm como objetivos específicos: i) realizar uma caracterização dos atributos do universo da pesquisa, frente ao sexo, idade e local de nascimento; ii) apresentar as carreiras e recursos políticos, com o intuito de confirmar as posições políticas destes casos; iii) determinar as posições econômicas e os empreendimentos disponíveis, a partir das declarações patrimoniais; iv) identificar a posição escolar e os demais recursos acadêmicos detidos; v) categorizar as diferentes lógicas de apresentação profissional e a sua relação com a disponibilidade dos recursos socioeconômicos, descritos anteriormente.

## **CARACTERIZAÇÃO GERAL**

Primeiramente se considera necessário apresentar determinados atributos de ordem dos 235 casos que compõem esta pesquisa. Esta caracterização tem como objetivo demonstrar um panorama do universo de pesquisa aqui construído e analisando as semelhanças e diferenças do grupo aqui analisado com a sociedade e políticos em geral.

Por exemplo, em relação ao sexo, existe uma predominância de homens, com um total de 226 casos, representando 96,17% do universo, enquanto são apenas 9 casos de mulheres (3,83%), número abaixo da porcentagem de eleitas para a Câmara, cuja a média é de 7% para o período temporal (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016). Contudo, a discrepância ainda é maior ao serem comparadas estas porcentagens com a população em geral, onde um pouco mais da metade da sociedade brasileira é composta de mulheres (IBGE, 2010a). Estes índices iniciais já

apontam para um universo masculinizado da política e, ainda em maior grau, para os casos selecionados desta pesquisa.

Os anos de nascimento foram agregados em décadas, apontando uma preponderância dos casos analisados que nasceram entre 1950 e 1959 (36,6%), e entre 1940 e 1949 (34,5%), sendo que somente estas duas décadas totalizam um pouco mais de 70% do universo. Ao projetar a idade destes casos para o recorte temporal estipulado pela pesquisa (1990 – 2015), a maior parte dos casos estaria entre 40 e 60 anos de idade, refletindo em parte o padrão da Câmara dos Deputados, na qual a maioria dos Deputados se situa entre os 50 e 60 anos, com poucos casos muito jovens, abaixo dos 30 anos, ou em idade avançada, acima dos 70 anos (BRASIL, 2016).

Em relação as regiões de origem, São Paulo e Minas Gerais são os principais estados de nascimento, com 15,3% dos casos em cada um deles, apontando assim para um predomínio da região Sudeste (38,4% do universo) como local de origem, sendo também a região mais industrializada do Brasil, responsável por 55,6% do Produto Interno Bruto (PIB) (IBGE, 2010b).

Também é possível identificar a presença dos estados localizados no Nordeste, principalmente Bahia e Pernambuco, com 6,8% dos casos nascidos em cada um destes locais, sendo que esta região ocupa a terceira posição na geração do PIB (13,5%), mas é a segunda em número de casos, com apenas 6 a menos que a região Sudeste, totalizando 35,7% do universo da pesquisa.

Já o Sul, que ocupa o segundo lugar do PIB (16,5%), em relação as regiões de origem, fica em terceiro lugar compondo 13,6% do universo, sendo que o estado do Rio Grande do Sul é o mais expressivo, estando na sexta posição geral com 6,4% dos casos.

Por fim, as regiões Norte e Centro-oeste contam com 25 casos ao todo (10,6%), participando do PIB nacional com 5,3% e 9,3%, respectivamente. Ainda em relação aos estados de nascimento somente o de Rondônia não está representado, pois não foi identificado nenhum caso nas fontes iniciais. Também merece destaque os 4 casos que tem sua

origem no exterior, sendo que os países de nascimento são: Colômbia, Espanha, Itália e Portugal.

Tabela 1 – Estado de nascimento

<b>Estado</b>	<b>Casos</b>	<b>%</b>
São Paulo	36	15,3%
Minas Gerais	36	15,3%
Bahia	16	6,8%
Pernambuco	16	6,8%
Rio de Janeiro	15	6,4%
Rio Grande do Sul	15	6,4%
Ceará	14	6,0%
Piauí	11	4,7%
Paraná	10	4,3%
Demais Estados <sup>1</sup>	62	26,3%
Exterior	4	1,7%
<b>Total</b>	<b>235</b>	<b>100%</b>

Fonte: Câmara dos Deputados (2016)

Esta caracterização é importante para se obter um perfil geral do universo que será analisado em sequência, apontando a presença de atributos distintos, mas com a predominância de determinados padrões, como o sexo masculino, as datas de nascimento nas décadas de 50 e 40, bem como a concentração de casos com origem nos estados localizados na região sudeste, seguida do nordeste.

## **CARREIAS E POSIÇÕES POLÍTICAS CONSOLIDADAS**

O dado mais objetivo dentro deste trabalho é a posição política, pois está condicionada a ocupação do cargo de Deputado Federal, sendo assim de fácil aceso. Contudo é fundamental, para a análise, identificar os tipos de carreiras políticas desempenhadas, ou seja, o tempo dedicado a estas posições no espaço político, justamente para diferenciar casos com um sucesso eleitoral único ou esporádico, de casos com longa trajetória política.

Sendo assim, ao analisar estas posições, foi possível elencar 4 tipos de carreiras políticas, categorizadas de acordo com o tempo de ocupação

dos cargos eletivos, desde o seu primeiro sucesso até as eleições de 2014, contando o atual mandato desempenhado. Estes casos estão distribuídos de acordo com o quadro seguinte.

**Quadro 1** – Carreiras políticas

<b>Tipo de Carreiras</b>	<b>Ocupação de Cargos</b>	<b>Casos</b>	<b>%</b>
Sem Carreira	4 anos - 1 Cargo	13	5,5
Breve	De 5 a 10 anos	19	8,1
Média	De 11 a 20 anos	91	38,7
Longa	Mais de 20 anos	112	47,7
<b>Total</b>		235	100,0

**Fonte:** Banco de dados do autor (2016)

Os dois tipos menos frequentes são os casos “sem carreira”, com apenas um sucesso eleitoral totalizando 4 anos em um cargo eletivo, juntamente com aqueles considerados com uma “carreira breve”, sendo eleitos, em média, para dois cargos eletivos, considerando também os casos com um sucesso eleitoral mais um período de suplência, bem como os casos com 3 sucessos eleitorais, mas que não cumpriram todo o mandato, ficando assim nos cargos eletivos entre 5 a 10 anos. Juntas representam 13,6% do universo aqui analisado.

Já a “carreira média”, não tem como intuito apontar um ponto médio, mas sim ser um divisor, onde estes casos já são considerados como detendo carreiras políticas, visto que a maioria destes atingiu 4 sucessos eleitorais ou mais, permanecendo em cargos eletivos entre 11 a 20 anos. Ao todo, este tipo representa um pouco mais de um terço do universo, sendo que estas carreiras são caracterizadas pela entrada na política como Deputado Federal, mantendo-se este posto através das reeleições, sem a ocupação de outros cargos eletivos.

Por último estão os casos considerados com uma “carreira longa”, representando quase 50% do universo e apontando para uma dedicação a atividade política por parte do universo aqui analisado. A maioria dos casos possui entre 6 a 8 sucessos eleitorais, tendo atuado por mais de 20 anos na ocupação de cargos políticos eletivos, sendo que destes 112

casos 43,8% ainda estão desempenhando mandatos. Diferentemente do tipo anterior, os casos aqui podem ser caracterizados pelo início local na política, galgando posições em diferentes âmbitos, até a chegada na Câmara Federal, ou seja, uma diversificação de cargos ao longo da carreira.

A partir destes dados é possível constatar que a maioria dos casos que compõem o universo desta pesquisa apresentam carreiras consolidadas, sendo que 86,4% se dedicaram a atividades políticas em cargos eletivos por mais de 10 anos, com 72,3% dos casos obtendo o sucesso eleitoral em no mínimo 4 eleições, não considerando outras atividades políticas.

Dentro dessas carreiras, as principais fileiras de acesso são os cargos do poder legislativo (85%), e em âmbito nacional (46%), principalmente como Deputado Federal. Observando estas informações, também pode ser destacado que mais da metade (51,7%) dos casos foi eleito para o primeiro cargo a partir de 1989, já sob as leis da constituição de 88 e em um ambiente eleitoral democrático para todas as esferas e cargos. Mesmo assim existe a ocorrência de casos que entraram na política no período da ditadura militar (27,23%), ou mesmo antes (3,83%), sendo um indício das longas carreiras políticas.

Estes tipos de entradas, descritas anteriormente, estão diretamente ligadas ao período temporal em que se pleiteia a posição no *espaço político*. Por exemplo, dos 77 casos que iniciam suas carreiras em cargos locais, independente do poder, 83% foram recrutados antes de 1990, principalmente durante o período da ditadura militar (46%). Já dos 112 casos que tem sua fileira de entrada no legislativo nacional, 82% foram ocupados a partir das eleições de 1989.

As explicações para este fato extrapolam os limites deste trabalho, pois passam por teses em relação ao esvaziamento político nacional provocado pelo regime militar, que pode ser evidenciado pelo sistema bipartidário, constantes fechamentos do Congresso e cassação de mandatos. Por outro lado, esse foco pós 1990 pode ser um indício das mudanças ocorridas no Estado e no espaço político, como

um “aumento da representação empresarial no congresso”<sup>11</sup>. Longe de aderir a qualquer uma dessas explicações, este trabalho se restringe a constatar uma mudança de estratégia na entrada política por parte deste grupo estudado, que está relacionada ao período histórico, possível de ser demonstrada através do caráter local das fileiras de entrada, antes de 1990 e, posteriormente, em âmbito nacional no poder legislativo.

Sobre as filiações, a grande maioria dos casos tem como primeiro partido as siglas no espectro ideológico de direita ou de centro, sendo pouco os que se filiaram na esquerda, considerando o PT, PPS e o PSB, como tal. Ao analisar a filiação partidária dentro do período de 1990 e 2015, este padrão não só permanece, como se intensifica. Sendo possível destacar cinco partidos PFL/DEM, PMDB, PSDB, PP e PTB, que representam 87% dos casos. Com um grande destaque para o antigo Partido da Frente Liberal, atual Democratas, que concentra sozinho aproximadamente 27% dos casos, com 65 filiados, sendo que a nível nacional está sigla ocupa apenas o 7º lugar em tamanho de filiados (BRASIL, 2016).

Além disso, o tempo entre a filiação ao partido e a primeira vitória eleitoral em 37,4% dos casos respeita apenas o tempo mínimo de 1 ano, sendo que este período curto reforçaria o personalismo e a baixa relação com o partido, sem necessariamente haver uma carreira partidária ou formação política como quadros. Por outro lado, 51,9% dos casos detém um tempo de filiação partidária que vai além deste limite mínimo, apontando assim para um outro tipo de relação com a sigla partidária, chegando a 38 casos com uma filiação de 10 anos ou mais a uma sigla.

Tomando, principalmente, os dados sobre o tempo de carreira e filiação partidária, é possível afirmar que os indivíduos analisados por este trabalho, ocupam posições consolidadas dentro do *espaço político*, em geral. Ou seja, se tratam de casos que realmente atuam e dedicam o seu tempo para a política, sendo assim se torna ainda mais interessante procurar identificar uma possibilidade de diversificação de recursos

---

11 Uma análise mais sistemática dessa tendência pode ser encontrada em Diniz e Boschi (2004).

sociais, principalmente no âmbito econômico, concomitantes com esta atividade.

## **POSIÇÕES ECONÔMICAS E EMPREENDIMENTOS DECLARADOS**

Dando sequência a proposta do trabalho, apresentar as bases econômicas<sup>12</sup> destes 235 casos é fundamental para compreender as relações possíveis do *espaço político* com o *espaço econômico*. Em um primeiro momento, frente ao próprio montante de patrimônio econômico e a sua comparação com os demais políticos eleitos, na tentativa de se encontrar qualquer particularidade. Posteriormente, é de grande valia analisar o conteúdo das declarações de bens, indo além do total, justamente pela possibilidade de se identificar os empreendimentos econômicos detidos, como dado objetivo da atividade como empresário.

Uma primeira análise dos recursos econômicos, já aponta a discrepância entre a média de patrimônio dos Deputados Federais em geral, cuja estimativa para este período é de R\$ 1,250 milhão<sup>13</sup>, e a dos casos que compõem o universo desta pesquisa, onde este número chega a mais de R\$ 10,5 milhões. Por outro lado, os testes de média acabam sendo influenciados pelos extremos, por exemplo o patrimônio mais baixo declarado nesta pesquisa é de apenas R\$ 26.690,95 reais, sendo o seu oposto o valor de R\$ 436.598.108,15 reais, podendo provocar uma distorção. Visto isso, estes casos foram categorizados em 5 faixas de patrimônio<sup>14</sup>, utilizando o maior montante de recurso econômico declarado como critério de objetivação das posições, distribuídos de acordo com o quadro seguinte:

12 Apenas como nota, as declarações de bens apresentado ao TSE, principalmente as declarações mais antigas são digitalizadas e muitas vezes ilegíveis, em outros casos constam apenas os bens dos políticos sem seus valores e, por fim, existe o problema da veracidade destas declarações realizadas, ora suprimindo bens ora atribuindo valores abaixo do mercado.

13 Estimativa feita a partir do Congresso em Foco, Uol Políticos e TSE.

14 Esta classificação foi elaborada tendo como base os casos do universo e a Câmara Federal, não sendo intenção extrapolar estas posições para o meio privado, ou seja, ocupar uma posição alta aqui não significa uma relação direta em ser um grande empresário dentro do espaço econômico.



Quadro 2 – Posições econômicas

<b>Faixas de Patrimônio</b>	<b>Posição Econômica</b>	<b>Casos</b>	<b>%</b>
Menos de R\$ 500 mil	Baixa	22	9,4%
R\$ 500 mil a menos de R\$ 1 milhão	Média Baixa	32	13,6%
R\$ 1 milhão a menos de R\$ 5 milhões	Média	105	44,7%
R\$ 5 milhões a menos de R\$ 10 milhões	Média Alta	35	14,9%
Mais de R\$ 10 milhões	Alta	37	15,7%
Sem Informações		4	1,7%
<b>Total</b>		<b>235</b>	<b>100,0%</b>

**Fonte:** Banco de dados do autor (2016)

A maior parte dos casos se enquadra na posição econômica média, com seu patrimônio entre R\$ 1 milhão e menos de R\$ 5 milhões (44,7%) e ao agregar as três faixas mais altas elas representam 75,3% do universo, apontando posições econômicas elevadas deste grupo. Esta é outra característica que destoa dos demais políticos no Brasil, onde 70% dos casos em geral detém patrimônios abaixo desta faixa média, diferentemente deste estudo, onde o padrão é estar a cima, visto que apenas um quarto do universo detém um patrimônio menor do que R\$ 1 milhão (RODRIGUES, 2006).

Mesmo assim ocorre a existência de casos em posições mais baixas, que só vem reforçar os possíveis ganhos ao adotar os critérios de construção desta pesquisa, onde a atividade econômica não está relacionada diretamente a posições econômicas elevadas, sendo possível analisar os trunfos da apresentação, bem como a sua fluidez. Ou seja, nestes 235 casos podem estar presentes desde o pequeno comerciante, em suas posições econômicas mais baixas, até um grande industrial, em suas

posições econômicas mais elevadas, ambos se apresentando na qualidade de *empresários* ou ocupações correlatas.

Também é possível identificar que a maioria dos casos presentes nas três posições econômicas mais altas, desempenharam uma carreira política consolidada, tendo em média, ocupado cargos eletivos por 21 anos. Ao todo, dos 177 casos que dispõem de um patrimônio econômico de R\$ 1 milhão ou mais, onde em 50,8% sua carreira política é identificada como longa e outros 38,4% como média. Sendo assim é possível identificar uma relação entre as carreiras políticas e as posições econômicas, contudo a partir dos dados disponíveis não é possível identificar a posição de origem, se seria primeiramente política ou empresarial.

Indo além, ocupar qualquer posição econômica não está necessariamente associado a desempenhar ou deter relações com as atividades empresariais, por isso foram coletados os principais empreendimentos contidos nas declarações de bens analisadas, como um dado objetivo de bases econômicas. Estes empreendimentos declarados foram classificados de acordo com os 3 setores da economia<sup>15</sup>: i) primário, ligado a produção através da exploração de recursos naturais; ii) secundário, relacionado com a transformação das matérias-primas em produtos industrializados; e o iii) terciário, que compõem os serviços prestados para satisfazer determinadas necessidades. E estão distribuídos de acordo com a tabela a seguir:

**Tabela 2 – Setor dos bens econômicos**

<b>Setor de Bens Econômicos</b>	<b>Nº de Casos</b>	<b>%</b>
Sem Informações	4	1,70%
Primário e Secundário	8	3,40%
Secundário	11	4,70%
Todos os 3 Setores	14	6,00%
Primário	18	7,70%
Bens Pessoais	19	8,10%

15 Os empreendimentos declarados foram classificados de acordo com a CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas), e nos setores de acordo com as definições do IBGE (2004, p. 15).

Primário e Terciário	41	17,40%
Secundário e Terciário	43	18,30%
Terciário	77	32,80%
<b>Total</b>	<b>235</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Banco de dados do autor (2016)

A maior parte dos empreendimentos que constam nas declarações de bens estão relacionados ao setor terciário, apontando a grande evolução do comércio e serviços na econômica brasileira (BRASIL, 2013). Ao todo são 175 casos com alguma atividade neste setor, sendo o ramo do comércio mais representativo, com 78 casos. Em seguida está o setor primário, totalizando 81 ocorrências, cujo principal ramo de atividade é a agricultura, com 63 casos. Por fim o setor secundário possui o menor número de casos, são 76 que detêm empreendimentos neste setor, com destaque para o ramo da construção civil, totalizando 41 casos. Inclusive, 45,1% destes casos atuam em mais de um setor econômico combinando, principalmente o secundário e terciário (18,3%) ou o primário e terciário (17,4%).

Em apenas 23 casos (9,8%) não se obteve indícios sobre qualquer tipo de relação com atividades empresariais, onde em 4 não existem bens declarados nas fichas entregues ao TSE e em 19 casos estes bens não estão relacionados a nenhuma atividade econômica, constando apenas bens pessoais, como carro e casa, ou seja, em todos os demais 212 casos (90,2%) foi possível constatar a posse de algum tipo de empreendimento econômico, compondo assim seus meios de subsistência.

É de suma importância frisar que não é possível afirmar se os empreendimentos são anteriores ao sucesso eleitoral, ou vice-versa, mas com certeza foi possível demonstrar a combinação da atuação econômica concomitante com a atividade política, apontando para uma diversificação das bases de patrimônio externos ao *espaço político*, não se configurando como posições excludentes.

## ESCOLARIDADE E RECURSOS ACADÊMICOS

O intuito de abordar o recurso escolar neste estudo procura não relacionar diretamente que certas profissões são mais propícias para a política, devido ao seu conteúdo escolar, ou qualquer outro fator ligado ao que se ensina. A pretensão é tomar os possíveis usos dos diplomas escolares como trunfos, cujo ponto principal é o significado simbólico do diploma e de cada curso, onde este peso é construído socialmente e historicamente, tornando certos saberes mais consagrados em detrimento de outros. Assim, a instrução programática que é dada dentro das salas nas universidades é menos decisiva do que as relações sociais que podem ser estabelecidas dentro desses muros, e os seus usos sociais e políticos para além desses muros, enquanto formas de legitimação social.

Um primeiro apontamento é o forte distanciamento entre os Deputados Federais eleitos que possuem ensino superior completo e o eleitorado, enquanto para os primeiros o percentual é em média de 75% (BRASIL, 2016), para o restante da população é de 4,4% (IBGE, 2010a). Dentro desse quadro fica claro como o diploma superior no Brasil é um recurso escasso e assim pode ser utilizado como um trunfo social, que pode facilitar o acesso a posições sociais mais elevadas.

Partindo então da escolaridade como recurso possível de ser objetivado e sistematizado, foram agregados os seus graus para compor a posição escolar de cada um destes casos, como demonstra o quadro seguinte:

Quadro 3 – Posições escolares

<b>Grau de Escolaridade</b>	<b>Casos</b>	<b>Posição Escolar</b>	<b>Casos</b>	<b>%</b>
Fundamental Incompleto	1	Baixa	3	1,3%
Fundamental Completo	2			

Médio Completo	32	Média	56	23,8%
Superior Incompleto	21			
Técnico Completo	3			
Superior Completo	175	Alta	175	74,5%
Sem Informações	1	*		0,4%
<b>Total</b>	<b>235</b>	*		<b>100,0%</b>

Fonte: Câmara dos Deputados (2016)

Abordando exclusivamente os casos com ensino superior completo (175 casos), a maior parte são formados no curso de Direito (58 casos - 33,1%), um curso considerado historicamente tradicional, assim como a Medicina (24 casos -13,7%), onde ambos carregam uma dimensão simbólica para os seus detentores, como diplomas de consagração social. Em seguida estão três outros cursos que, comumente, são considerados de conhecimento técnico e pragmático, comumente ligados ao meio empresarial, são as Engenharias (27 casos – 15,4%), Administração (18 casos – 10,3%) e Economia (14 casos – 8%). Entretanto ao agregar estes cursos em áreas de conhecimento, as Sociais Aplicadas acabam ganhando mais destaque, como é possível observar na tabela seguinte:

Tabela 3 – Áreas de conhecimento e cursos superiores

<b>Cursos</b>	<b>Casos</b>	<b>%</b>
Comunicação Social	2	1,1
Saúde	3	1,7
Humanas	9	5,1
Agrárias e da Terra	15	8,6
Medicina	24	13,7
Engenharias	27	15,4
Sociais Aplicadas	37	21,1
Direito	58	33,1
<b>Total</b>	<b>175</b>	<b>100</b>

Fonte: Câmara dos Deputados (2016)

Nestes termos, quase 92% dos casos com ensino superior completo são diplomados em apenas 3 áreas (agrárias e da terra, engenharias e sociais aplicadas) e 2 cursos (direito e medicina), apontando um distanciamento deste universo para outros tipos de saberes acadêmicos, como a comunicação social, humanas ou mesmo os demais cursos da saúde, e uma concentração em cursos simbolicamente valorizados na sociedade, em menor ou maior grau, tornando o diploma um importante recurso escolar e um trunfo disponível de ser utilizado.

Existem ainda 48 casos que vão além do diploma de ensino superior, realizando também algum tipo de pós-graduação (20,42% do universo – 235 casos; 27,42% da posição escolar alta – 175 casos), agregando assim outros recursos escolares, além do diploma de ensino superior. Uma outra modalidade que também merece menção está relacionada com a circulação internacional, onde foram encontrados 21 casos (8,9% do universo – 12% da posição escolar alta) que passaram por outros países para realizar algum tipo de estudo, em diversos níveis escolares e principalmente nos Estados Unidos.

Ao considerar o diploma como um trunfo é interessante ser observada a faixa de idade no momento da conclusão do ensino superior, pois um recurso socialmente valorizado e aliado as idades mais baixas, é possível produzir um efeito nas entradas dentro das trajetórias profissionais, ou seja, podem garantir posições iniciais já elevadas dentro do mercado de trabalho, mesmo com pouca idade e experiência, mas influenciadas pelos usos possíveis do diploma escolar. Sendo assim a idade de conclusão do curso é relativamente baixa, onde mais da metade terminaram o ensino superior com 25 anos ou menos (92 casos - 56,4%), seguido dos que concluíram entre 26 e 30 anos (56 casos - 34,4%), sendo assim 90,8% dos casos já possuíam diploma de ensino superior com 30 anos ou menos.

Sobre as Instituições de Ensino Superior, são 95 casos (55,9%) que se formaram em universidades federais e, ao agregar as demais instituições públicas, são totalizados 112 casos, representando 64% dos que detêm diploma superior. Já os que frequentaram as instituições

privadas representam um pouco menos de um terço, sendo 57 casos (32,6%)<sup>16</sup>. Sendo importante considerar também o peso da formação em universidades públicas, consideradas como instituições de excelência no país, agregando ainda mais este peso simbólico diferenciado no diploma escolar.

Ao relacionar a posição escolar com as posições no espaço político descritas anteriormente, dos 175 casos com ensino superior completo 39,4% detém uma carreira política entre 10 a 20 anos em cargos eletivos, já 50,2% desempenham uma carreira política longa, tendo em média quase 30 anos dedicados a atividade política. Por outro lado, os demais casos que não possuem diploma escolar também detém uma carreira política, com 40,6% destes sendo localizados nas carreiras políticas longas, contudo o tempo de ocupação destes cargos políticos é bem inferior, ficando em 18 anos, na média. Já as relações das posições escolares com as posições econômicas, em um primeiro momento podem ser tomadas como determinantes, onde 77,7% dos casos com ensino superior completo detém patrimônio econômicos de R\$ 1 milhão ou mais, contudo, 69,4% dos casos sem diploma superior também estão nestas posições econômicas.

Nestes termos, o diploma escolar não pode ser tomado como um condicionante direto dos recursos econômicos ou das carreiras políticas, como variável independente ou algo do gênero, uma vez que a possibilidade de se frequentar uma instituição de ensino superior pode ser a expressão de uma posição social de origem, por exemplo a familiar, ou seja, a posição escolar como resultado de uma trajetória prévia. Assim a relação entre as carreiras políticas, posições econômicas e posições escolares só podem ser compreendidas de forma complementar, enquanto são combinadas e mobilizadas como recursos sociais. Neste sentido as lógicas do posicionamento ocupacional e profissional analisados neste caso exprime de forma exemplar esta afirmação.

---

16 Não se obteve informações sobre este quesito em 6 casos (3,4%).



## POSICIONAMENTO PROFISSIONAL E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS SOCIOECONÔMICOS

Os usos possíveis das competências ocupacionais e profissionais vão muito além do espaço político, neste sentido a apresentação como Advogado, Médico, Empresário, carrega um peso social relacionado com a dimensão simbólica atribuída a cada uma destas atividades. É importante ressaltar que estes posicionamentos não têm qualquer relação direta com o real desempenho destas funções, ou seja, um indivíduo que se apresente como Administrador de Empresas pode nunca ter comandado nenhum empreendimento, apenas mobilizando o diploma escolar e a apresentação profissional como um trunfo social, possível de ser utilizado em momentos distintos, podendo acioná-lo ou escondê-lo, de acordo com o espaço em que está inserido.

Neste sentido foi fundamental apresentar anteriormente as posições econômicas e escolares do universo aqui estudado, pois, como será demonstrado, os recursos disponíveis nestes dois espaços condicionam as possibilidades de apresentação ocupacional e profissional.

A partir das profissões declaradas nas biografias<sup>17</sup> disponíveis no site da Câmara dos Deputados foi possível estabelecer dois polos para agregar estes posicionamentos, o primeiro ligado às ocupações do meio empresarial, que definem as atividades econômicas desempenhadas: agropecuarista, comerciante, empresário, executivo financeiro, industrial, pecuarista e produtor rural. No outro, as profissões que estão condicionadas a diplomas de nível superior: administrador de empresas, advogado, agrônomo, contador, dentista, economista, engenheiro, geólogo, jornalista, médico e pedagoga.

Em apenas 6 casos os posicionamentos declarados não puderam ser enquadrados diretamente em nenhum destes dois polos, pois se tratam de ocupações que não foi possível identificar um recurso escolar

---

17 De acordo com a própria Câmara, o preenchimento deste dado é responsabilidade do deputado, ficando a seu critério as informações que deseja divulgar.

que esteja em jogo ou que são trabalhadores assalariados, são elas: bancário, corretor, do lar, militar, postos religiosos, professor, radialista e servidor público. Em todos os demais casos existe no mínimo uma lógica de apresentação ocupacional ou profissional que está relacionada com uma atividade econômica ou condicionada por um diploma escolar, inclusive com casos intermediários, se apresentado de ambas as formas.

É importante frisar novamente a diversificação de posições sociais, neste sentido independentemente da longevidade de atuação na carreira política, quando é necessário o posicionamento ocupacional e profissional, a lógica utilizada nas respostas é a declaração de atividades que não são a atuação nos cargos eletivos, mobilizando recursos econômicos e escolares externos ao *espaço político*, e utilizando estas apresentações como trunfos sociais e, também, políticos.

O quadro seguinte apresenta de forma sistemática os três perfis construídos de acordo com as lógicas das ocupações e profissões declaradas:

Quadro 4 – Perfis ocupacionais e profissionais

	<b>Perfil 1</b>	<b>Perfil 2</b>	<b>Perfil 3</b>
<b>Definição</b>	“Empreendedores”	“Profissionais Superiores”	“Empreendedores Superiores”
<b>Número de Casos</b>	65 (27,7%)	92 (39,1%)	70 (29,8%)
<b>Critério</b>	Posicionamento Ocupacional a partir de atividades econômicas	Posicionamento Profissional condicionado por diplomas de nível superior	Posicionamentos que se apresentam tanto com ocupações econômicas, quanto profissões superiores

Fonte: Banco de dados do autor (2016)

Abordando inicialmente o perfil dos “Empreendedores”, a primeira informação de destaque é o alto patrimônio econômico desse grupo, pois mesmo sendo o perfil com o menor número de casos, detém a maior média do montante de bens entre os demais, e a soma do patrimônio de todos os seus casos representa quase metade do valor total de bens do universo da pesquisa (R\$ 1,22 trilhões). Neste perfil estão concentrados 40,5% dos casos da posição econômica alta, ou seja, com patrimônios superiores a R\$ 10 milhões. Mesmo assim também concentra o maior número de casos na posição econômica baixa, com um total de bens menor que R\$ 500 mil, com uma ocorrência de 10 casos em um total de 22 desta faixa de renda. Esta constatação é importante para reforçar o que já foi colocado anteriormente, onde não existe qualquer relação direta entre o posicionamento ocupacional dentro de atividades econômicas e a posse real de um elevado montante de patrimônio econômico, sendo necessária a comprovação empírica.

A segunda característica de destaque é em relação aos recursos escolares, pois já foi demonstrado o alto grau de escolaridade do universo aqui analisado, mas que não se repete para este perfil específico. Apenas 16 casos deste perfil possuem nível superior completo, isso representa menos de 10% dos casos que estão na posição escolar alta e, em relação ao perfil específico, são aproximadamente 25% de casos com ensino superior completo, demonstrando um afastamento da posição escolar alta neste grupo.

Esta ausência de diplomas acaba condicionando o posicionamento ocupacional dentro do perfil “Empreendedores”, para 48 casos não existe a possibilidade de se definir em uma profissão relacionada a um diploma de ensino superior, pois não dispõe deste recurso de diferenciação social e apresentação profissional, por isso estes casos acabam “usando” sua ocupação ligada a atividades econômicas, que tendem a compensar socialmente esta ausência de escolaridade, ao “jogar” com a categoria ocupacional de “empresário” e “produtor rural”, relacionados com a posse de recursos econômicos, atingindo um prestígio social que tende a substituir o diploma superior.

Já o perfil “Profissionais Superiores”, justamente pelo posicionamento estar condicionado a um diploma, está relacionado diretamente as altas posições escolares. Este segundo perfil concentra um pouco mais da metade (51,4%) de todos os casos que dispõem de nível superior completo da pesquisa. Mesmo assim, a apresentação profissional condicionada por um diploma, não exclui a possibilidade de também haver relações com bens econômicos, mesmo em profissões que, em um primeiro momento, parecem pouco relacionadas com o meio empresarial, se comparados com Administradores de Empresas e Economistas.

Sendo assim, foi possível identificar a presença de empreendimentos econômicos na declaração de bens em 81 casos do perfil “Profissionais Superiores”, contudo os recursos financeiros deste perfil não são tão elevados se comparados ao perfil anterior, por exemplo o somatório dos patrimônios totaliza R\$ 430 bilhões. Outro fator identificado é a maior concentração dos casos nas faixas econômicas intermediárias, com 39 casos na posição média (105 no Total), 18 casos na média baixa (32 no Total) e 16 casos na média alta (35 no Total).

O último perfil são os casos que se apresentam tanto com as ocupações relacionadas as atividades do meio empresarial, quanto profissões superiores, condicionadas pela posse de diplomas. Denominados como “Empreendedores Superiores”, este é segundo maior grupo, totalizando 70 casos, sendo a maior frequência a combinação do posicionamento de Advogado com o de Empresário, utilizando assim de uma profissão reconhecidamente tradicional conjuntamente com uma ocupação de prestígio econômica.

Ao analisar a distribuição dos patrimônios destes casos, este perfil concentra o segundo maior número de casos na posição alta, contudo sem casos com patrimônios exorbitantes dentro dela, ao ser comparado com o perfil “Empreendedores”, mas também se diferenciando do perfil “Profissionais Superiores” pela frequência de casos acima da posição média, onde aproximadamente 85% dos casos estão nas três posições econômicas mais elevadas, com seu patrimônio acima de R\$ 1 milhão.

Da mesma forma que o perfil dos “Profissionais Superiores”, os “Empreendedores Superiores” têm sua apresentação condicionada a um diploma superior, com a diferença que combina a apresentação profissional, ligada ao diploma, com a ocupacional, ligada a atividade econômica. Dentro desse quadro, foi possível identificar o ensino superior completo em 67 dos 70 casos, localizando-se na posição escolar alta.

A partir destes perfis foi possível identificar determinadas estratégias de posicionamento que estão relacionadas diretamente a mobilização de recursos sociais, objetivados nas posições econômicas e escolares descritas anteriormente, ou seja, é possível afirmar que dispor ou não dispor destes trunfos condicionam as lógicas de apresentação ocupacional e profissional.

Por exemplo, no perfil “Empreendedores”, constam casos em diferentes posições econômicas, mas principalmente em posições escolares baixas. Neste sentido, esta lógica de apresentação como “empresário” pode ser utilizada como um trunfo tanto de compensação como de afirmação, onde ambas só são possíveis devido ao capital simbólico que o posicionamento ocupacional dentro de atividades econômicas agrega, pois geralmente é associado a um prestígio e sucesso pessoal. Assim os seus dois principais usos identificados são: i) igualar posições econômicas distintas, onde o diretor presidente de uma grande indústria pode se apresentar como empresário, da mesma forma que o dono de um pequeno comércio; e ii) equilibrar as posições escolares baixas, visto que quase 75% do universo detém diploma superior e neste perfil a porcentagem cai para um pouco menos de 25%, com isso ao não dispor de posições escolares altas, a apresentação profissional fica restrita a atividade econômica.

No outro polo está o perfil “Profissionais Superiores”, concentrando a maior parte dos casos na posição escolar alta, obtendo um recurso que permite outros tipos de usos possíveis, em relação ao perfil anterior. Com isso foi possível identificar: i) o peso simbólico dos diplomas escolares, visto que existe uma concentração em cursos tradicionais, como o de Direito e Medicina, já consagrados ao longo do

processo histórico e valorizados socialmente, mas também os cursos e áreas relativamente mais novas, rotuladas por uma expertise técnica e voltadas ao mercado de trabalho, que é o caso das Engenharias e Sociais Aplicadas; e ii) a omissão das atividades econômicas, ou dito de outra forma, um desuso da apresentação ocupacional relacionada aos empreendimentos econômicos disponíveis, que foi possível identificar esta posse em 90% dos casos desse perfil, frisando que se apresentar profissionalmente utilizando o diploma superior, não está relacionado com desempenhar realmente a atividade.

Por fim está o perfil “Empreendedores Superiores”, que se apresentam utilizando as lógicas tanto das ocupações relacionadas as atividades econômicas, quanto das profissões condicionadas por diplomas superiores. Neste sentido, a mobilização não é apenas de um tipo de recurso disponível (como a maioria dos casos do perfil “Empreendedores” em relação ao econômico, ou do perfil “Profissionais Superiores, em relação ao escolar), pois ambos são acionados no posicionamento profissional deste perfil. Sendo assim o trunfo deste grupo é a combinação destas duas lógicas de apresentação, podendo assim “jogar” tanto com a ocupação econômica, quanto com o diploma escolar, ocupando duas posições distintas e apontando para a diversificação de posicionamento ocupacional e profissional.

É importante frisar que estes posicionamentos ocupacionais e profissionais, aqui categorizados nestes três perfis, estão presentes nas fichas pessoais disponibilizadas pela Câmara dos Deputados, ou seja, simultaneamente com o primeiro sucesso eleitoral, dos casos que estão entrando na política, ou conjuntamente com uma carreira política já consolidada, que são os casos mais frequentes deste universo, obedecendo assim a uma lógica de apresentação com posições que não estão relacionadas à atuação política e que dependem da disponibilidade e mobilização de recursos sociais externos ao *espaço político*.

Estes usos possíveis do posicionamento ocupacional e profissional garantem, de alguma forma, a permanência na atividade política, ou seja, mesmo com esta apresentação em funções que não são os cargos eletivos

a tendência dos três perfis categorizados é desempenhar uma carreira política consolidada. Contudo é o perfil dos “Profissionais Superiores” o que mais concentra casos que ocupam cargos políticos por mais de 20 anos, já os “Empreendedores” têm a menor média de tempo ocupando estas funções, com 16 anos em média.

Isso não significa um afastamento de “empresários” da política, pois, como foi colocado anteriormente, estas categorias estão relacionadas as apresentações ocupacionais e profissionais, ou seja, fazem parte de uma lógica de mobilização de recursos no momento deste posicionamento. Como foi demonstrado, a tendência de todos os casos é dispor de empreendimentos econômicos em suas declarações de bens, mesmo sem a apresentação como “empresários”. Sendo assim mais importante que tomar estes discursos de posicionamento, como as atividades ocupacionais e profissionais desempenhadas, é procurar entender a disponibilidade de recursos sociais disponíveis que condicionam estas apresentações, enquanto trunfos sociais quem possibilitam determinados “usos” e “desusos”, em outras palavras, acionar ou omitir determinadas posições sociais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como foi colocado no início deste artigo, mais do que se obter uma resposta exclusiva sobre os 235 casos analisados, rotulando se são empresários ou políticos, o objetivo aqui é justamente demonstrar a possibilidade de se ocupar diferentes posições sociais, não só simultaneamente com a atuação política, mas também externos a este espaço. Mesmo desempenhando uma carreira, que tem como média geral a ocupação de cargos eletivos por 20 anos, que poderia apontar para um fechamento das atividades em torno das funções políticas.

Nesse sentido, foi possível comprovar a posse de diplomas de ensino superior, realizado, principalmente, nas instituições públicas, focando nos cursos tradicionais, como Direito e Medicina, mas também nos cursos que possuem uma certa aproximação com o meio econômico,



por se apresentarem dentro de uma *expertise* técnica, como as Engenharias e Sociais Aplicadas. As declarações de bens analisadas também foram importantes para compor os recursos econômicos disponíveis, possibilitando um posicionamento vertical frente ao montante de patrimônio, onde a maioria dos casos deste universo detém mais de R\$ 1 milhão, mas também na descrição dos empreendimentos que compõem este valor total, concentrados no setor de comércio e serviços.

Da mesma forma, o posicionamento ocupacional e profissional se dá em atividades que não estão relacionadas com a atuação nos cargos eletivos, considerando a apresentação dessas competências enquanto possíveis trunfos sociais e políticos. Como foi demonstrado, existe uma lógica de mobilização dos recursos socioeconômicos nesta apresentação, com o intuito de se localizar em posições socialmente valorizadas, apontando para diferentes “usos” e “desusos” destes recursos de acordo com a sua ausência e disponibilidade.

Nestes termos, acredita-se que determinar a posição social global dos agentes, composta a partir dessa multiposicionalidade em diferentes *espaços sociais* é de extrema valia como indícios de *estratégias de reprodução social*. Por outro lado, é também considerar a dimensão social do *espaço político*, não restringindo sua análise somente as carreiras e cargos eletivos, pois existe todo um *background social* prévio ao recrutamento político, bem como um não abandono, após o sucesso eleitoral, destes recursos sociais adquiridos anteriormente.

Por fim, foi possível identificar uma lacuna nesta análise, que serve de inspiração para uma segunda etapa deste trabalho, em relação a análise das trajetórias desempenhadas por este universo, coletando informações sobre as diferentes posições ocupadas ao longo da vida, sendo possível apreender as posições sociais prévias e trazendo mais informações sobre a atuação anterior a entrada na política.

## REFERÊNCIAS

BADIE, Bertrand; HERMET, Guy. **La politique comparée**. Paris: Dalloz, 2001.

BOLTANSKI, Luc. L'espace positionnel: multiplicité des positions institutionnelles et habitus de classe. **Revue Française de Sociologie**, Paris, v. 14, n. 1, p. 3-26, 1973.

BOURDIEU, Pierre. **La noblesse d'État**: grandes écoles et esprit de corps. Paris: Minuit, 1989.

BRAGA, Sérgio Soares. **Quem foi quem na Assembléia Nacional Constituinte de 1946**: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1998.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC. **Atlas Nacional de Comércio e Serviço**. Brasília (DF): MDIC, 2013. Disponível em: <[http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl\\_1414414334.pdf](http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1414414334.pdf)> Acesso em: 20 jul. 2016.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **DivulgaCand**. Disponível em: <<http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Quem são os Deputados**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa>> Acesso em: 30 nov. 2016.

CARVALHO, José M. de. **A construção da ordem e o Teatro de Sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3a. edição, 2003.

CHARLE, C. **Les Élités de la République (1880-1900)**. Paris: Fayard, 1987

CORADINI, Odaci Luiz. **Em nome de quem?** recursos sociais no recrutamento de elites políticas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

COSTA, Paulo Roberto Neves. Elite empresarial e elite econômica: o estudo dos empresários. **Rev. Sociol. Polit.** Curitiba, Vol. 22, n. 52, 2014.

DINIZ, E. e BOSCHI, R. **Elites Políticas e Econômicas no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

DINIZ, E. e BOSCHI, R. **Empresários, interesses e mercado**: dilemas do desenvolvimento no Brasil. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora UFMG/IUPERJ, 2004.

DULONG, Delphine. Quand l'économie devient politique. La conversion de la compétence économique em compétence politique sous la Ve République. **Politix**, Paris, v. 9, n. 35, p. 109-130, 1996.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Dicionário histórico-biográfico Brasileiro. **Verbetes**. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

IBGE. **Censo Demográfico**. 2010a. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>> Acesso em: 27 ago. 2016.

IBGE. CNAE. 2004. Disponível em: <<https://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/atividades-economicas>> Acesso em: 29 ago. 2015.

IBGE. **Contas Regionais do Brasil**. 2010b. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2010/default.shtm>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

LEVEQUE, Sandrine. “L’entrée en politique”. Bibliographie sur les conditions sociales de la professionnalisation et de la “réussite” politique em France. **Politix**, Paris, v. 9, n. 35, p. 171-187, 1996.

LOUREIRO, Maria Rita; OLIVIERI, Cecilia. Les elites économiques face au développement et à la démocratie: les patrons e les hauts fonctionnaires du gouvernement au Brésil. **Cahiers du Brésil Contemporain**, Paris, n.47/48, p. 267-289, 2002.

LOVE, Joseph. **A locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MANCUSO, Wagner P. **O lobby da indústria no Congresso Nacional: empresariado e política no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Humanitas: Edusp, 2007.

OFFERLÉ, Michel. **La profession politique - XIXe.-Xxe. siècles**. Paris: Belin, 1999.

PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. Sociologia da alta burguesia. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 9, n. 18, p. 22-37, 2007.

RODRIGUES, Fernando. **Políticos do brasil: Uma investigação sobre o patrimônio declarado e ascensão daqueles que exercem o poder**. São Paulo: PubliFolha, 2006.

SAINT-MARTIN, Monique. Towards a dynamic approach to reconversions. **Social Science Information**, London, v. 50, n. 3-4, p. 429-441, 2011.

SEIDL, Ernesto; GRILL, Igor G. **As ciências sociais e os espaços da política no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ZARCA, Bernard. Les patrons dans la statistique officielle française. **Politix**, Paris, v. 6, n. 23, 1993.